

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 534.679 - BA (2019/0282754-3)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : THIAGO FREIRE ARAUJO SANTOS E OUTROS
ADVOGADOS : JOEL MENDES LEÃO DE ALMEIDA - BA039383
THIAGO FREIRE ARAUJO SANTOS - BA049486
LUCAS SALES GAVAZA SILVA - BA049755
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : JOAO BATISTA PINHEIRO DANTAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **JOAO BATISTA PINHEIRO DANTAS**, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Extrai-se dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, II, c/c o art. 14, II, ambos do CP.

A denúncia foi recebida em 13/4/2000, tendo sido determinada a citação do ora paciente por edital e decretada sua prisão preventiva.

Em 11/6/2000, realizada a audiência, foi determinada a suspensão do feito, nos termos do art. 366 do CPP, e, apenas em 7/1/2019, o mandado de prisão foi cumprido.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. TENTATIVA. NULIDADE DA CITAÇÃO POR EDITAL. HABEAS CORPUS NÃO VERIFICADA. PRESCRIÇÃO ANTECIPADA. IMPOSSIBILIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. NULIDADE DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA, POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO CONFIGURADA. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE. DECISÃO FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS CONCRETOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INAPLICABILIDADE. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. Não há que se falar em nulidade da citação por edital quando o Paciente permanece foragido, sem responder ao chamamento da Justiça.

O ordenamento jurídico brasileiro não reconhece o instituto da prescrição antecipada da pena e dispõe, expressamente, que o prazo prescricional, antes da sentença condenatória, será regulado pela pena máxima cominada abstratamente para o delito, nos termos do art. 109 do Código Penal e conforme súmula 438 do STJ.

O ato de recebimento da denúncia não possui conteúdo decisório, não reclamando fundamentação aprofundada, nem se submetendo à norma prevista no inciso IX do art. 93 da Constituição Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Não se pode falar em inidoneidade ou desnecessidade do decreto prisional quando resta demonstrada a necessidade da adoção da medida extrema para garantia da ordem pública, especialmente quando constatada a reiteração delitiva, e para a aplicação da lei penal, em virtude da evasão do agente.

Demonstrados expressamente os elementos concretos suficientes que justifiquem a segregação provisória, afasta-se a possibilidade da aplicação de outras medidas cautelares diversas da custódia preventiva.

Habeas Corpus denegado" (e-STJ, fl. 149).

Neste *writ*, a defesa alega, em suma, que: **a)** a citação editalícia não foi realizada com a observância da lei, na medida em que não foram esgotadas as tentativas de localização do paciente; **b)** a decisão que recebeu a denúncia não foi devidamente fundamentada; **c)** o paciente jamais teve conhecimento da denúncia, sendo, pois, nula; **d)** inexistente contemporaneidade da prisão, uma vez que os fatos ocorreram há 20 anos e **e)** o decreto preventivo não possui fundamentação idônea.

Requer a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para que seja determinada a nulidade da citação por edital, com a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, seja anulada a decisão que recebeu a denúncia, com a concessão da liberdade.

A liminar foi indeferida (e-STJ, fl. 193).

Prestadas as informações (e-STJ, fls. 197-210 e 216-223), o Ministério Público Federal opina pelo "não conhecimento do presente *writ*; e, por eventualidade, se conhecido, pela denegação da ordem" (e-STJ, fls. 225-234).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

No caso, não se observa flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus*, de ofício.

Em relação à alegada nulidade da citação por edital, razão não assiste ao paciente.

O Tribunal de Justiça entendeu que:

"Quanto à alegada nulidade da decisão que determinou a citação do ora Paciente por edital, observa-se da decisão constante no id. 4043501 que a decisão foi devidamente fundamentada no fato dele se encontrar foragido.

Da análise dos documentos acostados aos autos, observa-se no relatório do inquérito policial (fl. 34 do id. 4043496) que a autoridade policial informou que o ora Paciente estava foragido, assim como se observa certidão de oficial de justiça, à fl. 02 do id. 4043588, também informando que ele se encontrava foragido, de maneira que não há que se falar em nulidade da

Superior Tribunal de Justiça

citação por edital, em face da notoriedade da evasão, afirmada pelo Magistrado e certificada por Oficial de Justiça, ambos detentores de fé pública" (e-STJ, fls. 153-154)

Na audiência de instrução e julgamento, realizada em 18/7/2019, o Juízo monocrático assim se manifestou:

"No que tange a nulidade da citação, em que pese a alegação da defesa consta certidão, no outro processo em que o réu responde aqui na comarca (0000004.27.2001.805.0183) em que o mesmo se encontrava foragido, sendo do conhecimento do juízo que o réu havia se evadido. Além do mais, foi decretada a prisão preventiva em 13/04/00 (fls. 32/33), justamente porque o réu estava foragido, daí porque houve posteriormente a citação por edital, o que foi também relatado nas fls. 26 pelo Delegado de Polícia, motivo pelo qual estando o réu, a época foragido não havia outra alternativa a não ser determinar a citação por edital, ficando prejudicado o pedido de nulidade da defesa" (e-STJ, fl. 50).

Verifica-se, dessarte, que não há constrangimento ilegal a ser reparado na determinação de citação por edital, na medida em que exauridos os meios de localização do paciente, segundo apontado pelas instâncias ordinárias.

Não prospera a alegação da defesa de que a citação por edital foi determinada sem que se tivesse sido efetuado qualquer tentativa de citação pessoal do acusado, tendo sido efetivada apenas com base na investigação preliminar.

Verifica-se dos autos que a condição de foragido, além de já ter sido atestada pela autoridade policial (e-STJ, fl. 89), também foi confirmada pelo Oficial de Justiça (e-STJ, fls. 129), que certificou que os próprios familiares afirmaram que o paciente estava foragido.

O art. 366 do CPP dispõe que, "se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312 do CPP".

Ademais, ainda que assim não fosse, inviável, nesta sede, concluir pela nulidade da citação editalícia ao argumento de que foi determinada sem qualquer diligência na tentativa de localização do recorrente, uma vez que demandaria o revolvimento do contexto fático-probatório.

Nesse sentido, confirmam-se:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. CITAÇÃO EDITALÍCIA. NULIDADE RELATIVA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. ESGOTAMENTO DOS MEIOS JUDICIAIS. RÉU QUE SE ENCONTRAVA EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO. FUGA DO DISTRITO DA CULPA LOGO APÓS A PRÁTICA DO DELITO. SITUAÇÃO PROCESSUAL COMPROVADA. DESCONHECIMENTO DO PROCESSO NÃO

Superior Tribunal de Justiça

DEMONSTRADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRIÇÃO CAUTELAR SOBEJAMENTE FUNDAMENTADA NA NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL.

ORDEM DENEGADA.

1. Ao contrário do que se alega, foram esgotados, no caso em apreço, os meios judiciais para a citação pessoal do Paciente, porquanto, procurado no único endereço declinado nos autos, não foi encontrado, tendo sido, ainda, constatado posteriormente pelo oficial de justiça que, de fato, estava foragido.

2. Não merece prosperar a alegação de desconhecimento do curso da ação penal, uma vez que o magistrado determinou a citação do Paciente por edital em razão de a certidão do Oficial de Justiça ter noticiado o seu desaparecimento.

3. Seria, portanto, infrutífera qualquer outra tentativa de localizá-lo, em razão da situação comprovada de se tratar de réu foragido.

4. Segundo a legislação penal em vigor, é imprescindível, quando se tratar de nulidade de ato processual, a demonstração do prejuízo sofrido, em consonância com o princípio *pas de nullité sans grief*.

Na espécie, não restou demonstrada, por meio das informações constantes dos autos, a existência de prejuízos causados ao Paciente em razão da citação editalícia, única cabível na espécie.

5. A fuga do réu do distrito da culpa, e que persiste até os dias atuais, é motivação suficiente para a decretação de sua custódia cautelar, tanto pela conveniência da instrução criminal como para a garantia da aplicação da lei penal. Precedentes deste Superior Tribunal de Justiça. (...).

9. Ordem denegada."

(HC 127.841/PI, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 01/09/2011, DJe 15/09/2011)

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ESTELIONATO. RÉ EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO. PACIENTE PROCURADA NO ENDEREÇO FORNECIDO AO JUÍZO. ESGOTAMENTO DOS MEIOS PARA LOCALIZAÇÃO. CITAÇÃO POR EDITAL. VALIDADE. SUSPENSÃO PROCESSUAL E DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO CRIMINOSA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO 1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial

impugnado.

2. Exauridas todas as possibilidades de localização da paciente no endereço constante dos autos para a efetivação da citação pessoal, não há ilegalidade na citação por edital. 3. É dever do acusado, ciente da ação penal, a manutenção seus dados atualizados perante o juízo pelo qual responde ao processo.

4. Conforme o disposto no art. 366 do CPP, "se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312 do CPP". 5. No caso dos autos, a paciente foi citada por edital, após esgotadas as tentativas de sua localização, bem como suspenso o processo e o prazo prescricional. 6. Nos termos do pacífico entendimento desta Corte Superior, o processo penal é regido pelo princípio do *pas de nullité sans grief* e, por consectário, o reconhecimento de nulidade, ainda que absoluta, exige a demonstração do prejuízo (CPP, art. 563), o que não ocorreu na espécie.

7. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

8. Hipótese em que a prisão cautelar encontra-se devidamente fundamentada na necessidade de resguardar a ordem pública, em face da periculosidade da agente que já responde a 5 ações penais pelo mesmo delito e condenada pela prática de furto qualificado, de modo a se evitar a reiteração delitiva.

9. A fuga do distrito da culpa indica a necessidade da medida constritiva para se garantir a aplicação da lei penal.

10. Writ não conhecido.

(HC 460.950/MG, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 02/10/2018)

"HABEAS CORPUS. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA E TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. PRESCRIÇÃO VIRTUAL. QUESTÃO NÃO SUBMETIDA À ANÁLISE DO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO INSTITUTO. PRECEDENTES. NULIDADE DA CITAÇÃO POR EDITAL. NÃO OCORRÊNCIA. EXAURIMENTO DAS TENTATIVAS DE LOCALIZAÇÃO DO ACUSADO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ILEGALIDADE INEXISTENTE. PARECER ACOLHIDO.

1. A questão referente à prescrição virtual não foi suscitada no Tribunal a quo, o que impede o conhecimento do habeas corpus no ponto, sobretudo se inexistente manifesta ilegalidade a ser reparada.

2. Tendo a Corte de origem afirmado que foram realizadas várias tentativas de localização do acusado, todas frustradas, é inviável concluir pela nulidade da citação editalícia, por demandar tal

procedimento profundo revolvimento do contexto fático-probatório da ação penal.

3. É legítima a prisão cautelar decretada com o fim de garantir a aplicação da lei penal quando há indicativos concretos de fuga do réu do distrito da culpa.

4. Habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, ordem denegada."

(HC 219.638/GO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 25/08/2015, DJe 15/09/2015)

"CRIMINAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CITAÇÃO POR EDITAL. EXAURIMENTO DOS MEIOS DE CITAÇÃO PESSOAL. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. PRISÃO PREVENTIVA. PACIENTE QUE SE EVADIU DO DISTRITO DA CULPA. RECURSO IMPROVIDO.

- Hipótese em que foi efetuada citação por edital após tentativas frustradas de citação pessoal por oficial de justiça no endereço do acusado, e via carta precatória no local onde supostamente se encontrava recebendo tratamento médico.

- Maiores incursões a respeito da disponibilidade de outros meios de localização do recorrente demandariam análise do contexto fático-probatório, incompatível com a via eleita. Precedentes.

- A simples condição de paciente que permanece 4 (quatro) anos foragido é suficiente para motivar a segregação com fim de garantir a aplicação da lei penal. Precedentes.

Recurso improvido."

(RHC 34.492/DF, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 19/02/2013, DJe 25/02/2013)

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DENÚNCIA GERAL. INÉPCIA AFASTADA. CITAÇÃO EDITALÍCIA. RÉU FORAGIDO. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO SUPERVENIENTE PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. PERDA DO OBJETO. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.

1. É possível o oferecimento de denúncia geral quando uma mesma conduta é imputada a todos os acusados e, apesar da aparente unidade de desígnios, não há como pormenorizar a atuação de cada um dos agentes na prática delitiva. Precedentes.

2. Frustrada a citação pessoal do réu, no endereço por ele fornecido perante a autoridade policial, e atestada a sua fuga do distrito da culpa, afasta-se a alegação de nulidade da citação editalícia.

Precedentes.

3. Revogada a prisão preventiva pelo Juízo de primeiro grau, fica prejudicado o writ, nesse ponto.

4. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada.

(HC 123.905/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 05/08/2010, DJe 13/09/2010)

Superior Tribunal de Justiça

Quanto a pretensa ausência de fundamentação da decisão que recebeu a denúncia, conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e na esteira do posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, consagrou-se o entendimento de inexigibilidade de fundamentação complexa no recebimento da denúncia, em virtude de sua natureza interlocutória, não se equiparando à decisão judicial a que se refere o art. 93, IX, da Constituição Federal.

Nesse sentido:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DISPAROS DE ARMA DE FOGO E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO, RESISTÊNCIA E DESOBEDIÊNCIA, E DANO, AMEAÇA E VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO PRATICADOS COM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU FAMILIAR. NULIDADE DA DECISÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA. DESNECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO EXTENSA DO ATO QUE ACOLHE A INICIAL. MÁCULA NÃO CARACTERIZADA. RECLAMO IMPROVIDO.

1. De acordo com entendimento já consolidado nesta Corte Superior de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, em regra, a decisão que recebe a denúncia prescinde de fundamentação complexa, justamente em razão da sua natureza interlocutória. 2. Na espécie, ainda que de forma sucinta, o magistrado singular explicitou as razões pelas quais admitiu a deflagração da ação penal, valendo destacar, outrossim, que já foi apreciada a resposta à acusação ofertada pela defesa, ocasião em que o conteúdo da peça vestibular foi novamente examinado pelo juiz, o que revela a inexistência de prejuízos ao paciente.

FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA PELO MAGISTRADO SINGULAR. MANDAMUS PREJUDICADO NO PONTO.

1. Sobrevindo decisão que revogou a segregação antecipada do acusado, constata-se a perda do objeto do writ no tocante à alegada falta de fundamentação da decisão que manteve a medida extrema.

2. Habeas corpus não conhecido."

(HC 357.196/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 01/08/2016)

"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TENTATIVA. NULIDADE. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. FUNDAMENTAÇÃO CONCISA. POSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA. 1. O Superior Tribunal de Justiça, na esteira do posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, consagrou o entendimento de inexigibilidade de fundamentação complexa no despacho de recebimento da denúncia, em virtude de sua natureza interlocutória, não se equiparando à decisão judicial a que se refere o art. 93, IX, da Constituição Federal (HC n. 354.250/SC, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 16/6/2016).

2. Na espécie, não há nulidade na decisão que recebeu a denúncia contra o paciente, afigurando-se suficiente a fundamentação concisa acerca da presença dos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal e da ausência das hipóteses previstas no art. 395 do mesmo diploma legal, tal como feito pelo Juízo processante. Busca-se, com isso, evitar o prejulgamento do mérito da ação penal. 3. Também não houve a demonstração de prejuízo ao direito de defesa do paciente.

Ao contrário, consta que, depois desse ato do Juiz, foi apresentada resposta à acusação sem nenhuma menção à eventual inépcia da denúncia ou existência de causa de absolvição sumária. Tendo optado a defesa, na peça, em não antecipar as teses defensivas, uma vez que, segundo suas próprias palavras, para o recebimento da denúncia bastam indícios da autoria e prova da materialidade.

4. Ordem denegada."

(HC 362.114/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 12/03/2019)

Em relação à alegação de que o paciente jamais teve conhecimento da denúncia, o acórdão atacado assim entendeu:

"De igual sorte, à vista da petição acostada à fl. 41 do id. 4043496, percebe-se que não procedem também as alegações de que o Paciente ignorava ou desconhecia a existência do processo que redundou na sua prisão, já que a referida petição, que requeria a sua apresentação para interrogatório e afirmava que a sua liberdade não prejudicaria a conveniência da instrução criminal, nem a eventual aplicação da lei penal, uma vez que ele não se afastaria da Comarca, é datada de 27 de março de 2000, afastando por completo o argumento de que ele só tomou conhecimento do processo após a sua prisão, em 2019" (e-STJ, fl 154).

Consoante bem delineado no parecer ministerial, "os autos da ação penal originária evidenciam que o ora paciente chegou a constituir advogada particular, que se manifestou no feito em duas oportunidades, a saber, em 27/03/2000 e em 11/04/2000 (fl. 94)" (e-STJ, fl. 231).

Não há falar em ausência de contemporaneidade da prisão, pois, conforme ressaltado pelas instâncias ordinárias, o acusado ficou foragido.

Ilustrativamente, confira-se:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NULIDADE. CITAÇÃO POR EDITAL. NÃO OCORRÊNCIA. TODOS OS MEIOS PARA A LOCALIZAÇÃO ESGOTADOS. CONTEMPORANEIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. ERRO MATERIAL. OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, em homenagem ao princípio da celeridade e economia processual.

2. Havendo erro material na decisão agravada, este deve ser corrigido

Superior Tribunal de Justiça

de ofício, motivo pelo qual onde se lê "Na origem, a ação penal 0000323-48.1997.8.26.0248, oriunda da 2ª Vara Criminal do Foro de Indaiatuba, encontra-se conclusa para sentença, consoante informações disponibilizadas no site do Tribunal a quo consultadas em 24/9/2019.", leia-se "Na origem, a ação penal 0000323-48.1997.8.26.0248, oriunda da 2ª Vara Criminal do Foro de Indaiatuba, encontra-se conclusa para decisão, consoante informações disponibilizadas no site do Tribunal a quo consultadas em 24/9/2019".

3. Consoante o entendimento desta Corte Superior, depois de efetuadas várias diligências para localização do ora paciente, inclusive em outros Estados da Federação, é cabível sua citação por edital, como na hipótese.

4. É pacífico o entendimento de que a urgência intrínseca às cautelares, notadamente à prisão processual, exige a contemporaneidade dos fatos justificadores dos riscos que se pretende com a prisão evitar. A esse respeito: HC 214921/PA - 6ª T - unânime - Rel. Min. Nefi Cordeiro - DJe 25/03/2015; HC 318702/MG - 5ª T - unânime - Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca - DJe 13/10/2015.

5. Não se vislumbra a falta de contemporaneidade da prisão processual, uma vez que, apesar de o fato delituoso ter ocorrido em 9/3/1998, o decreto apresentou justificativa atual para a prisão, pois, ao longo dos últimos 21 anos, ficou foragido, tendo sido procurado em diversos endereços, inclusive em outros Estados da Federação, situação que perdura até o presente momento.

6. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento. Corrigido erro material de ofício."

(EDcl no HC 506.381/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 21/11/2019, grifou-se)

Quanto à prisão preventiva, o Tribunal de origem assim fundamentou o acórdão:

"Quanto à alegação de inidoneidade de fundamentação do decreto construtivo e de ausência de periculum, constata-se, que, ao decretar a prisão preventiva em desfavor do Paciente, a Autoridade libertatis in casu considerou, além da prova da materialidade e dos indícios suficientes de autoria, a quo o fato dele estar foragido e de ter praticado o terceiro crime na Comarca, sendo duas tentativas de homicídio e um, demonstrando, assim, por meio de elementos concretos, a indispensabilidade da homicídio consumado prisão para a garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal.

Com efeito, a análise dos autos demonstra, efetivamente, a imprescindibilidade da prisão, em virtude não só do risco concreto de reiteração criminosa, que caracteriza o e é comprovado pelo periculum libertatis fato do Paciente responder a três ações penais pela prática de crimes contra a vida, mas, principalmente, diante da necessidade de assegurar a aplicação da lei penal, uma vez que ele permaneceu foragido por mais de 18 anos, o que certamente demonstra que não

Superior Tribunal de Justiça

pretende responder ao chamado da justiça, caso condenado"
(e-STJ, fl. 162).

Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria (*fumus comissi delicti*), a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal (*periculum libertatis*).

Nesse contexto, é válida a prisão cautelar decretada com o fim de resguardar a aplicação da lei penal, haja vista a fuga do paciente do distrito da culpa.

Sobre o tema, seguem os seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. TENTATIVA. PRISÃO PREVENTIVA. MODUS OPERANDI. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INVIABILIDADE. EXCESSO DE PRAZO. PRONÚNCIA. SÚMULA 21/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Apresentada fundamentação concreta evidenciada na fuga do distrito da culpa, uma vez que o agravante permaneceu foragido por longo período, e na gravidade de sua conduta, porquanto tentou ceifar a vida de sua ex-esposa com cinco facadas, não há falar em ilegalidade do decreto prisional.

2. Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública.

3. Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução (Súmula 21/STJ).

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no RHC 114.361/AL, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 21/11/2019)

"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. RÉU QUE FUGIU LOGO APÓS OS FATOS. CUMPRIMENTO DO MANDADO DE PRISÃO EM OUTRO ESTADO MAIS DE CINCO ANOS APÓS O CRIME. GARANTIA DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL E DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. EXCESSO DE PRAZO. CONFIGURAÇÃO. PACIENTE PRESO HÁ MAIS TEMPO DO QUE O FIXADO COMO PENA MÍNIMA AO DELITO, AGUARDANDO O ENCERRAMENTO DA PRIMEIRA FASE DO RITO DO JÚRI. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA.

1. O Paciente foi denunciado pela suposta prática do delito previsto no art. 121, § 2º, inciso II, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, porque no dia 09/01/2010 teria efetuado disparo contra o peito da vítima, que só não faleceu porque lhe foi prestado imediato socorro.

Superior Tribunal de Justiça

2. Foi decretada a prisão preventiva do Réu, cumprida em 12/08/2015 em outro Estado da Federação, bem como suspenso o curso do processo e do prazo prescricional, tendo em vista que "o denunciado, após cometimento do delito, fugiu do distrito da culpa, tomando rumo ignorado, conforme constatado pela autoridade policial durante diligências empreendidas, as quais restaram negativas." 3. A fuga do réu do distrito da culpa é circunstância que, por si só, autoriza a decretação da custódia cautelar para se garantir a instrução criminal e a aplicação da lei penal. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

4. Entretanto, muito embora exista fundamentação substancial para a decretação da constrição cautelar, o decurso de longo período de tempo desde o crime, sem que o Acusado tenha sido sequer pronunciado, aliado ao excesso de prazo desarrazoado no decorrer da instrução, configura constrangimento ilegal, apto a ensejar a imediata soltura do Custodiado.

5. O Réu encontra-se preso provisoriamente há mais tempo que a pena mínima abstratamente cominada ao crime de tentativa de homicídio qualificado de que é acusado, fixada em 4 (quatro) anos de reclusão.

6. É de se reconhecer, portanto, que a demora injustificada configura, sem dúvidas, afronta ao Princípio da Duração Razoável do Processo, previsto no art. 5.º, inciso LXXVII, da Constituição da República, acrescido pela Emenda Constitucional n.º 45/2004 ("a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação").

7. Ordem de habeas corpus concedida para revogar a prisão preventiva do Paciente, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória, por fato superveniente a demonstrar a necessidade da medida ou da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada."

(HC 520.739/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 21/10/2019)

Demais disso, "verifica-se que o ora paciente foi recentemente pronunciado nos autos nº 00000003- 76.2000.805.0183 e nº 00000004-27.2001.805.0183, oportunidade em que foi mantida a sua prisão cautelar, existindo, assim, novo título judicial a amparar a prisão cautelar" (e-STJ, fl. 234).

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator